

O IRÃ DO AIATOLÁ KHOMEINI: UMA BATALHA ANTIOCCIDENTAL SOB A ÉGIDE DE DEUS?

Túlio Sérgio Henriques Ferreira¹

tulioferreira@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4902379359282373>

Pamella Noemi Rodrigues Galvão²

pamella.nrgalvao@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/0187251426939100>

RESUMO

O artigo apresenta a relação que se consolida no Irã entre a religião muçulmana xiita e a sua política doméstica e externa após a Revolução Islâmica de 1979. Sob forte influência do principal líder da Revolução, o Aiatolá Khomeini, há o estabelecimento de nova estrutura governamental ancorada no Islã. Ainda, o trabalho elucida os impactos da nova estrutura de governo no âmbito regional e internacional. Para tanto são apresentados a história da política iraniana, a partir do regime do Shah, e os fatores que impulsionaram a Revolução e o estabelecimento do Governo Islâmico. Deste modo, busca-se compreender as consequências para o posicionamento do Irã em suas relações internacionais.

Palavras-chaves: Irã; Política; Religião;

ABSTRACT

The article presents the relationship in Iran between the Shiite Muslim religion and its domestic and foreign policy after the Islamic Revolution of 1979. Under strong influence of the main leader of the Revolution, Ayatollah Khomeini, it was implemented a new government structure anchored in Islam. The work also elucidates the impacts of the new government structure at the regional and international levels. To this end, the history of Iranian politics, from the Shah regime, and the factors that drove the Revolution and the establishment of the Islamic Government are presented. In this way, we seek to understand the consequences for Iran's position in its international relations.

Key-Words: Iran; Politics; Religion.

INTRODUÇÃO

A Revolução Islâmica, em 1979, modificou o Irã. Trouxe impactos internos e redefiniu suas Relações Internacionais. A Revolução ocorreu em conjuntura de insatisfação com o então governo do Xá Reza Pahlavi, que se marcava por acentuadas desigualdades sociais, atitudes opressoras e intensa aproximação, apadrinhada pelos EUA, com os valores ocidentais. As intensas movimentações políticas e sociais neste importante país do Oriente Médio impuseram a fuga do Xá Reza, o retorno do Aiatolá Khomeini de seu exílio e o estabelecimento de um Governo Islâmico naquele país (*Wilayat al-Faqih*).

Os estudos sobre o Irã falam sobre a religião islâmica, representada principalmente pela figura do Aiatolá Khomeini, como sendo um dos principais impulsos para os movimentos revolucionários que ocorreram na década de 1970. Em uma

¹ Professor Adjunto do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: tulioferreira@gmail.com

² Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: pamella.nrgalvao@gmail.com

perspectiva histórica, o golpe de 1953 já marca a ilegitimidade do regime do Xá, bem como a relação do Irã com os Estados Unidos que, adiante alguns anos, com o seu processo de modernização, levariam a sua derrubada (ABRAHAMIAN, 2008; AMANAT, 2017).

Ao procurar analisar o contexto religioso da Revolução Iraniana a partir dos seus efeitos para os contextos domésticos e internacionais, surgem conceituações que definem o movimento como fundamentalista, bem como conceitos que procuram inserir a relação entre política e religião nos paradigmas existentes das relações internacionais, tais como *soft power*, atores não estatais, movimentos sociais, entre outros (HAYNES, 2006; ARMSTRONG, 2001; DEMANT, 2018). O estudo de tal relação acaba por ser inserido no terceiro debate teórico das relações internacionais, a partir da vertente do construtivismo, tendo em vista o reconhecimento da importância dos atores religiosos não-estatais em questões como segurança global, paz mundial ou ordem internacional, possibilitada pelo processo de globalização (THOMAS, 2005).

Evidencia-se, neste processo, a importância de se compreender o papel dos atores religiosos na política (interna ou internacional). Segundo Haynes (2006), o impacto dos atores religiosos nas relações internacionais é, na maioria das vezes, relacionado com conceitos anti modernos, como o fundamentalismo religioso. No entanto, tal posicionamento seria equivocado, podendo levar à rejeição de outras compreensões e conclusões. Ele evidencia que atores religiosos podem apresentar preocupações que vão além dos interesses religiosos ou espirituais, se voltando para questões políticas, sociais e econômicas de maneira a desafiar a legitimidade e a autonomia “das esferas seculares primárias”, ou seja, “o Estado, a sociedade política e a economia de mercado, nos contextos domésticos e internacionais” (HAYNES, 2006, P.24).

Portanto, Aiatolá Khomeini seria peça fundamental para a Revolução Islâmica de 1979 e, também, para compreender o funcionamento do Governo Islâmico estabelecido. Segundo Peter Demant (2018), Khomeini foi o maior idealizador e teórico da Revolução, bem como o seu principal estrategista e líder, além de ter sido o governador que moldou o país após o período revolucionário. A Religião Islâmica, por sua vez, assumiria no Irã um papel de preponderância na reformulação de suas políticas nacional e internacional.

Assim, após a Revolução, o Irã retomaria o seu caráter nacionalista exacerbado, com um intenso enfoque na moral islâmica antiocidental. Tal fato resultaria no rompimento das relações com o Ocidente, na busca de maior influência na região do Oriente Médio e na vontade de expandir para os seus vizinhos sua forma de governo de modo a defender a unidade islâmica. O Irã passaria a ser visto como uma ameaça xiita dentro do sistema internacional, mas, em especial, no Oriente Médio.

Levando em consideração os argumentos de Charles Herman (1990), este trabalho considerará as seguintes variáveis para analisar as transformações que ocorrem na política externa do Irã: a) a reestruturação doméstica; b) as lideranças políticas; e c) os agentes externos. Segundo Hermann, reversão total ou forte redirecionamento na política externa de um país são de especial interesse aos analistas pois impõem demandas aos constituintes domésticos do governo que se inaugurou. Também é relevante pela probabilidade de tal transformação afetar outros Estados e, em alguns casos, todo o sistema internacional.

Neste sentido, buscando nexos causais e explicativos para os eventos ocorridos no Irã, o artigo, além desta introdução e das considerações finais, está organizado em 3 seções. A primeira descreve o processo de mudança de regime no Irã, no qual a monarquia dos Pahlavi é derrubada e em seu lugar é instaurado um Governo Islâmico. A segunda apresenta a nova relação entre a religião islâmica xiita e o sistema político iraniano, levando em consideração as perspectivas históricas quanto a importância do islamismo para o Irã e como ele passa a estar entrelaçado com a liderança do país. Por fim, a terceira expõe como o Irã, após a Revolução e a consequente reestruturação de poder, procura

transformar o sistema no qual estava inserido, mas acaba precisando lidar com os constrangimentos do próprio sistema. Vejamos os fatos.

1. Os impulsos para a Revolução Islâmica e a consolidação do Governo Islâmico

Para entender como ocorre o processo de consolidação de uma teocracia no Irã, após os acontecimentos de 1979, bem como as transformações decorrentes de tal fato, é necessário compreender os fatores que impulsionaram a Revolução Islâmica. Para tanto, é preciso levar em consideração o governo do seu predecessor, o Xá Reza Pahlavi, e os efeitos de sua administração para o Irã. O governo efetivo do Xá inicia-se a partir do golpe de Estado em 1953, que retira o primeiro ministro Mossadeq do poder. Tendo em vista o contexto de Guerra Fria, o Irã conta com o apoio dos Estados Unidos para garantir o seu lugar de preponderância no Oriente Médio, através da transformação do país em uma potência regional.

Conforme Abbas Amanat (2017), este retorno do Xá ao poder foi marcado por uma série de transformações, em especial, no que se diz respeito a qualidade de vida da população rural iraniana e a classe média urbana. Tais transformações, conforme Abrahamian (2008) fazem parte do objetivo do Xá de tornar o Irã um país moderno e desenvolvido, uma “Grande Civilização”, com um estilo de vida superior aos patamares europeus, bem como superior ao capitalismo e ao comunismo. Para isso, o Xá lança em 1963 um referendo a ser votado pelo povo com os pontos que constituem a sua Revolução Branca.

A Revolução Branca, segundo Abbas Amanat (2017), foi um programa imposto pelo governo que ressalta um novo mandato no regime, contornando a antiga estrutura de poder de maneira a retirar os intermediários que faziam a ponte entre o governo e os seus governados. Sendo assim, tal Revolução se inicia a partir do programa de redistribuição de terras, seguido pela grande campanha de alfabetização, que ocorre principalmente nas zonas rurais, bem como os programas voltados para a saúde, e para a ampliação da participação das mulheres na vida pública e política iraniana. O Irã passa, portanto, por uma pequena revolução industrial com uma forte urbanização e um grande *boom* populacional.

Entretanto, a Revolução Branca levou o Irã a ser considerado o país com uma das maiores desigualdades de renda, tendo em vista a forte concentração nas mãos do Estado, bem como o fato de que os investimentos realizados pelo governo não envolviam todo o país. Os investimentos estavam focados, contudo, nas grandes cidades como Tehran, a capital. Segundo Ervand Abrahamian (2008), as consequentes tensões sociais moldaram o caminho para a Revolução Islâmica, enquanto nas tensões políticas podemos encontrar a forte influência de figuras como a do Aiatolá Khomeini.

Sendo assim, é importante ressaltar que tais transformações só foram possibilitadas devido ao posicionamento privilegiado do Irã diante do aumento dos preços do petróleo, e com consequente aumento das receitas oriundas dos produtos petroquímicos, de maneira que a produção de petróleo passou a ocupar uma posição vital na economia iraniana. Segundo Abrahamian (2008), o Irã durante o regime do Xá tornou-se o quarto maior produtor e o segundo maior exportador de petróleo e gás natural do mundo.

Outro fator possibilitador, segundo Amanat (2017), foi a relação próxima entre o Irã e o governo dos Estados Unidos, desde o governo de Lyndon Johnson (1963-1969) até o início do governo de Carter (1977-1981). Sendo o relacionamento entre o Xá e Richard Nixon (1969-1974) o mais importante (ALVANDI, 2012). Apesar de Nixon só assumir o governo em 1969, a Doutrina Nixon foi de fundamental importância para a Revolução Branca que vai de 1963 até meados de 1975, quando as tensões começaram a se intensificar.

Os EUA apresentavam interesses geopolíticos e estratégicos no Irã, tendo em vista que, em meio a um contexto de Guerra Fria, eles precisavam assegurar a influência do capitalismo na região. Além disso, havia a noção de que o Irã, ao se transformar em uma potência, poderia estar hábil a assegurar a estabilidade na região. Obviamente, além disso, os EUA também tinham interesse em assegurar o abastecimento de petróleo para si e os seus aliados.

Os EUA alimentavam a crença do Xá e da elite iraniana, segundo Ehteshami (2012), de que, devido a sua longa história e fatores geográficos, o Irã seria o único país devidamente qualificado para determinar o destino do Golfo Pérsico. No entanto, nem todos se sentiam incentivados por tal aproximação. Os conservadores e, principalmente, o Aiatolá Khomeini viam o Irã como marionete dos Estados Unidos, estando sujeito aos seus interesses seculares.

Fred Halliday (2005, p.104, tradução nossa) afirma que “o estado iraniano, impulsionado por processos externos estratégicos e financeiros semelhantes, estabeleceu o contexto para sua própria derrubada”. O regime do Xá passa a enfrentar uma série de tensões políticas e sociais, pois além de promover mudanças significativas para o Irã, a Revolução também proporcionou o surgimento de uma estrutura social complexa, extremamente desigual, surgindo então uma forte oposição ao regime que se inicia logo em 1963.

A oposição é formada pela maior camada da população, e, por sua vez, estabelece uma relação hostil com o Xá. As manifestações se intensificam quando o clero passa a assumir sua liderança, sendo essa participação fruto do profundo descontentamento com a forte ocidentalização do Irã, os resultados da reforma agrária que beneficiava a poucos, bem como a maior participação das mulheres. Assim, a figura do clero que mais se destaca é, sem dúvidas, a do Aiatolá Khomeini. Ele, conforme Amanat (2017), desde a década de 1950, apresentava críticas à administração do Xá. Destacando-se o descontentamento quanto ao posicionamento iraniano favorável a Israel (estabelecimento de relações econômicas e diplomáticas), à forte influência norte-americana no país, à corrupção e à apropriação indevida de bens públicos.

Khomeini defendia a mudança na estrutura de governo, afirmando que a monarquia era contra o Islã e que o governo procurava destruir a religião, tendo em vista a influência do “Grande Satã” - os EUA. Na visão do Khomeini, “[...] a intoxicação provocada pelas ideias ocidentais representava o maior perigo ao Irã” (Demant, 2018, p.235). Khomeini propõe, portanto, o estabelecimento de um Governo Islâmico, também conhecido por *Wilayat-al Faqih*. Em tal governo, a principal moral é a islâmica, sendo assim, as suas leis já estariam determinadas por Deus, fixadas no Alcorão pelo Profeta Maomé.

Segundo Khomeini (1971), o Islã é uma religião que apresenta um posicionamento político, com leis progressivas, bem como um sistema compreensível que possui instruções ou normas estabelecidas para todos os aspectos da vida humana. Ademais, afirma que, conforme a sharia islâmica, “[...] a lei foi estabelecida para criar o Estado e administrar os assuntos políticos, econômicos e culturais da sociedade” (KHOMINI, 1971, p.20, tradução nossa).

Dessa maneira, conforme Khomeini (1971), o Governo Islâmico seria um governo constitucional, mas não em seu sentido recorrente, tendo em vista que as condições no qual o governo estaria sujeito para governar estão sujeitas ao Alcorão Sagrado e a *Sunnah*³ do profeta. Ou seja, o Governo Islâmico é um governo da lei, no qual a soberania pertence inteiramente a Deus e cabe a Ele a competência exclusiva para o estabelecimento das leis.

³ “A prática do Profeta, aceita pelos muçulmanos como a norma ideal para todo comportamento humano.” (KHOMINI, 1971, p. 18, Tradução nossa.)

É, portanto, obrigação de todos os muçulmanos trabalhar para que ocorra o estabelecimento de tal governo.

Após 1975, com o estabelecimento de um partido único, o Resurgence Party, as tensões cresceram demasiadamente, até a situação se tornar insustentável para o Regime. Abrahamian (2008) afirma que tal resposta foi inspirada em Samuel Huntington, tendo em vista que no início dos anos 1970 o cientista político lançou o seu livro *Political Order in Changing Societies*, no qual afirmava que a rápida modernização econômica e social gerava novas demandas e, conseqüentemente, instabilidade política. Dessa maneira, a solução proposta por Huntington é a formação de um partido único por parte dos governos, estes “[...] serviriam como uma ligação orgânica com o país, mobilizando a população, transmitindo ordens de cima para baixo e, ao mesmo tempo, canalizando interesses de baixo para cima (ABRAHAMIAN, 2008, p.149, tradução nossa)”.

Conseqüentemente, Abrahamian (2008) afirma que ao invés do partido alcançar a estabilidade política desejada, fortalecer a monarquia e a posição dos Pahlavi diante da sociedade iraniana, os seus resultados foram absolutamente contrários. O partido acabou por enfraquecer ainda mais o regime, e trazer ressentimento da população com a monarquia, alimentando os incentivos necessários para a iminente Revolução Islâmica. Assim, com a criação do partido, ao invés do regime estabelecer novos links com a população, acabou destruindo os que já existiam e, mais que isso, durante esse processo despertou uma série de inimigos.

Assim, em fevereiro de 1979, a Revolução Islâmica derruba a monarquia, impondo a fuga do Xá para o Egito e estabelecendo nova estrutura de governo, a partir do retorno do Aiatolá Khomeini de seu exílio em Paris. Agudizam-se as transformações sociais e políticas no país, desta vez, levando a uma total mudança de posicionamento do Irã diante do sistema internacional.

2. O Islamismo Xiita e a Política do Irã

O islã xiita passou a fazer parte da comunidade iraniana muito tempo antes da Revolução Islâmica de 1979. Ele já era importante para a compreensão cultural da comunidade iraniana, bem como um forte elemento de coesão social sendo, inclusive, fundamental para a queda do Xá e o sucesso da Revolução. A identidade islâmica é herdada pelos iranianos a partir do Império Safávida, ainda no século XVI, quando o Irã era a Pérsia. Kissinger (2015) afirma que os persas possuíam uma forte noção de nacionalismo, fazendo com que eles se enxergassem como detentores de uma cultura superior à dos demais impérios. Diante de tal característica, os persas sempre procuravam manter os elementos culturais do império vivos, mesmo em caso de conquistas por outros.

É o que acontece quando ocorre a conquista pelos árabes, os persas adotaram a sua religião, mas resistiram na conservação do seu idioma e na inserção dos seus legados culturais na nova ordem estabelecida pelo Islã. Dessa maneira, conforme Kaplan (2013), os Safávidas foram os responsáveis, no século XVI, por realizar a implementação do xiismo duodecimano na região. Assim, Kissinger (2015, p.154) afirma que a Pérsia se torna “[...] o centro demográfico e cultural do xiismo”.

A religião islâmica de vertente xiita, por sua vez, conforme Kaplan (2013), torna-se um fator importante para consolidação do Irã como um Estado nação moderno, tendo em vista que foram os safávidas, a partir do xiismo, que dispuseram ao Irã as ferramentas necessárias para a modernidade. Sendo assim, “[...] o Irã revolucionário de fins do século XX e princípio do XXI é uma expressão adequada desse legado poderoso e singular” (KAPLAN, 2013, p. 279).

Dessa maneira, a identidade islâmica torna-se parte comum do identitário iraniano, sendo significativo desde o século XVI até os dias atuais. Destaca-se, portanto, a importância de tal elemento de coesão social durante o período correspondente ao

regime do Xá, em especial, durante a sua Revolução Branca. O islamismo foi peça chave nas manifestações contra o governo durante as décadas de 1960 e 1970, tendo em vista que a modernização proposta pelo Xá trazia certo descontentamento de moral religiosa a população, além da desigualdade e corrupção, “[...] a revivescência religiosa do país revelou que muita gente não se contentava com essas conquistas exteriores” (ARMSTRONG, 2001, p. 338).

Ademais, Armstrong (2001) aponta que a liberdade material e moral importada dos valores ocidentais pela modernização norte-americana era considerada por muitos como sendo contrária aos valores morais islâmicos. Dessa maneira:

Durante a Revolução Branca alguns se convenceram de que o materialismo, os bens de consumo, os divertimentos e valores estrangeiros envenenara, sua sociedade ocidentoxicada. Ademais, o xá, com o entusiástico apoio dos Estados Unidos, parecia disposto a destruir o islamismo, fonte da espiritualidade da nação. Exilou Khomeini, fechou a madrasah Fayziyyah, insultou o clero e cortou seus rendimentos e matou estudantes de teologia (ARMSTRONG, 2001, p.338).

A Revolução Islâmica não é caracterizada por um ethos secularista, ou seja, baseada em valores seculares, mas, pelo contrário, é baseada em princípios religiosos, apesar de ter por impulsos questões sociais e políticas referentes ao governo do Xá Reza Pahlavi. Ela é, portanto, concebida com uma visão que ultrapassa a ideia de revolução política concebida pelo Ocidente. Alguns autores como Armstrong e Peter Demant a encaixam na segunda onda do fundamentalismo muçulmano.

2.1 O fundamentalismo muçulmano

Conforme Demant (2018), fundamentalismo corresponde a um movimento cristão protestante que ocorre nos Estados Unidos, por volta do século XIX, fruto do Iluminismo, da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, em resposta aos processos de modernização que, por sua vez, levaram ao abandono da fé sendo esta substituída pela ciência. Tal movimento tinha por objetivo o retorno ao contexto pré-modernização, no qual a religião moldava o enquadramento político-social e dava aos indivíduos uma noção de pertencimento à comunidade.

Dessa maneira, tendo em vista que a Revolução Islâmica promove essa recusa aos valores ocidentais e à modernização, bem como não só busca, como promove, o retorno praticamente absoluto aos valores religiosos que antes eram fortemente empregados na sociedade iraniana, ela é então encaixada pelo autor como fundamentalista.

Mais que isso, Demant define o islamismo como sendo o fundamentalismo muçulmano. Concluindo que:

[...] o islamismo é uma ideologia política antimoderna, antissecularista e antiocidental, cujo projeto é converter o indivíduo para que se torne um muçulmano religioso observante, é transformar a sociedade formalmente muçulmana em uma comunidade religiosa voltada ao serviço a Deus e estabelecer o reino de Deus em toda a Terra. A tendência fundamentalista é provavelmente a vertente predominante no islã atual. É, todavia, um fenômeno recente, cuja forma atual se desenvolveu nas últimas décadas, em reação à modernização globalizante - no Oriente Médio em particular (DEMANT. 2018, p. 201).

Além disso, Demant (2018, p.299) acredita ser importante entender o fundamentalismo como “[...] tanto uma ideologia política quanto um movimento social”.

Assim, no caso do islã, o fundamentalismo “[...] esconde um modelo teocrático de sociedade como alternativa à influência ocidental, cujos símbolos e valores centrais ele rejeita: o secularismo e o individualismo”. O fundamentalismo muçulmano, portanto, “[...] transforma o Islã de religião em ideologia” (Demant, 2018, p.302), possuindo uma certa obsessão constante em transformar o mundo, tendo nas tentativas de impor ao mundo a ordem ideal o seu caráter autêntico.

Entretanto, apesar de ser islâmica, a principal força motriz para a Revolução Iraniana não foi a religião muçulmana, muito menos este foi o seu único incentivo. A Revolução Iraniana foi, a priori, consequência das manifestações políticas e sociais consequentes da insatisfação majoritária com os efeitos da administração do Xá para a população do Irã. Os iranianos revolucionários reivindicavam valores que não são unicamente religiosos, mas sim valores considerados modernos, relacionados ao liberalismo e a democracia. Dessa maneira, Armstrong (2001, p.338) afirma que a Revolução “[...] não teria sucesso sem a colaboração de muitos secularistas, que, embora não sofressem de mal-estar espiritual, uniram-se aos ulemás só para livrar-se do Xá”.

O islã é, portanto, peça fundamental da Revolução como fonte de coesão social. A Revolução é islâmica, mas os impulsos que levam até ela são políticos e sociais. O nacionalismo iraniano é exacerbado pela repressão do Xá, levando as classes a encontrarem no clero e na religião o vínculo que permitiria a unidade necessária para concretizar a Revolução, mesmo entre aqueles que não se incomodavam com a secularização iraniana.

A ideia de uma República Islâmica foi bem aceita pelo público, pois o islã xiita já fazia parte da identidade e do reconhecimento cultural do povo iraniano. Então, para eles, aceitar uma República Islâmica, era também ser a favor de um movimento nacionalista pró-Irã. Isto significaria um retorno aos valores culturais iranianos “originais”, o que a população não esperava era que o governo pós-Revolução seria ainda mais opressor do que o anterior, a diferença, é que agora a opressão tinha por base os princípios religiosos.

Dessa maneira, ao analisar a relação entre política e religião, no caso do Irã pós-Revolução de 1979, é de demasiada importância caracterizá-la como única e que apresenta uma postura diferente de outros países que também apresentam certa influência da religião em seus processos de tomada de decisão.

2.2 A relação através do soft power

Jeffrey Haynes (2016) afirma que a influência de atores religiosos nos processos de decisão política de um país, em especial, na política externa, se dá através do *soft power*. É o caso, por exemplo, de países como Arábia Saudita, Israel, Índia e Estados Unidos. Ele afirma que o Irã pós-revolucionário também se encaixaria nessa prerrogativa de influência fazendo uso do *soft power*. Entretanto, a partir da análise de conteúdo bibliográfica utilizada para este trabalho, fica notório que o Irã, a partir do estabelecimento do Governo Islâmico, assume uma postura muito diferente da dos demais países em que se é notório a influência da religião.

Com a Constituição de 1979, e a nova estrutura de governo, o islã xiita se entrelaça com as políticas sejam elas domésticas ou externas. Os interesses nacionais do Irã passam a estar de acordo com a sharia islâmica, de maneira que os atores religiosos não só influenciavam o processo de tomada de decisão, mas utilizavam o Estado como instrumento de propagação dos seus valores religiosos. Conforme Kissinger (2015, p.155), a doutrina de Khomeini “[...] concebia o Estado não como uma entidade legítima por si mesma, mas como uma arma a ser empregada segundo a conveniência no contexto de uma luta religiosa mais ampla”.

Além disso, é importante ressaltar que o Líder Supremo do Irã, aquele que encabeça todo o sistema republicano, estando acima dos três poderes (Executivo,

Legislativo e Judiciário) é também o líder religioso da nação. Sendo assim, após a Revolução a relação existente entre a religião e a política não é mais considerada branda, ela passa, portanto, a apresentar caráter coercitivo.

Khomeini,

Ao converter o Irã novamente em um país islâmico, estava construindo um gigantesco enclave sagrado num mundo ímpio que queria destruí-lo. A experiência da supressão, a noção do perigo e a convicção de lutar contra um mundo cada vez mais secular acarretaram uma espiritualidade combativa e levaram a uma versão distorcida do islamismo. A experiência da supressão fora traumática e resultara numa visão religiosa repressiva (ARMSTRONG, 2001, p. 360).

O Irã, sob a influência de Khomeini, busca manter a sua independência, distante da influência do Ocidente, ou de agentes externos, bem como a preponderância do país na região do Oriente Médio, para isso defende a formação de uma unidade islâmica, a partir da exportação da Revolução. Demant (2018, p.237) afirma que “[...] o compromisso com a exportação da Revolução fazia parte integrante da ideologia”, não é à toa que para Khomeini “[...]o Islã constituía um projeto de alcance universal” e dessa maneira, a própria Constituição do Irã “[...] proclama o objetivo de um Estado panislamita e compromete a República Islâmica a apoiar todas as lutas justas”.

Além disso, Ehteshami (2002, p.287, tradução nossa) afirma que a vertente ideológica adotada pelo Irã em sua política externa a partir de 1980, “[...] coloca um desafio direto ao *status quo* regional e à integridade política dos vizinhos árabes do Irã. Na tentativa de exportar a Revolução, o Irã inicia hostilidade notórias com países como a Arábia Saudita, outro país de influência islâmica no Oriente Médio”.

Para exemplificar tal comportamento do Irã, basta observar o seu posicionamento diante do sistema internacional pós-Revolução. É o caso da invasão à embaixada norte-americana, apesar de não ter sido realizada pelo próprio governo, mas sim por estudantes universitários, ela não foi desencorajada pelo Aiatolá. Pelo contrário, Khomeini manteve um posicionamento de suporte e encorajamento ao ato, reafirmando sua posição contra a presença dos EUA no Irã e, conseqüentemente, estremecendo as relações do Irã com o Ocidente.

Em 1980, ainda no início da Revolução, o Iraque invade o Irã com a ajuda dos Estados Unidos, dando início ao conflito mais marcante entre os países vizinhos. Apesar da guerra apresentar uma série de ameaças à consolidação da Revolução, Khomeini consegue trazê-la ao seu favor, utilizando-a como o instrumento para tentar exportar a sua Revolução. Khomeini acusava Saddam Hussein por sua parceria com os Estados Unidos, e procurava tentar promover a deposição do mesmo.

Ademais, segundo Demant (2018, p.237), “em nenhum lugar o expansionismo revolucionário muçulmano foi mais nítido do que na guerra contra o Iraque”. Khomeini fez uso da guerra de maneira a promover o seu universalismo islamista associado a um apelo ao patriotismo iraniano. Sendo assim, “a guerra contra o Iraque, como a crise dos reféns, forneceu ao regime um grito de guerra altamente potente. Até aqueles com fortes reservas sobre o regime estavam dispostos a apoiar o governo em um momento de emergência nacional. Tornou-se uma guerra de inspiração patriótica e religiosa (ABRAHAMIAN. 2008, p.176, tradução nossa).

A tentativa de mudar o regime no Iraque não funcionou, e a guerra perdura até os dois países chegarem à exaustão com um terrível número de mortos. Os anos próximos ao final da guerra já indicavam mudanças significativas para o Irã, tendo em vista, em

especial, a reação da população aos efeitos da guerra e ao regime teocrático. Assim, próximo ao seu fim, se inicia o “termidor”⁴ iraniano.

Além disso, o Irã inicia o seu projeto de expansão de sua influência, bem como a obtenção de seus interesses nacionais na região do Oriente Médio, a partir da formação de proxies. O projeto de proxies se inicia a partir da criação de um grupo de minoria xiita no Líbano, o Hezbollah. Este seria considerado o mais importante, pois foi durante os primeiros anos da República Islâmica que o Irã participou de sua formação.

A abordagem também conhecida por *proxy war*⁵ ou guerra de procuração permanece mesmo após o falecimento de Khomeini, onde o Irã encontrou uma maneira de atuar na região de maneira indireta a partir do auxílio a grupos extremistas de minoria xiita, estes atuam em oposição a determinados governos. São várias as proxies iranianas, é o exemplo dos rebeldes Houthis no Iêmen, o Hamas e a Jihad Islâmica na Palestina.

Dessa maneira, é possível afirmar que até a instauração da República Islâmica em 1979, ou seja, durante o regime do Xá até a Revolução Islâmica, a relação entre política e religião se dá através de um *soft power*. Isso ocorre pois o Xá, ao adotar uma série de valores ocidentais no processo de modernização do Irã, estabelece e incentiva o distanciamento entre o Estado e o Clero.

No entanto, conforme Amiri e Soltani (2010), a partir da Revolução, em especial, entre os anos 1980 e 1989, sob a influência de Khomeini, a postura iraniana frente ao sistema internacional é dominada por uma forte abordagem ideológica, tendo em vista a crença de seus idealizadores de que as atitudes tomadas nos assuntos internacionais deveriam ser também baseadas nos princípios islâmicos. Adotando, portanto, uma posição mais intervencionista na região, alterando seu status quo, bem como atuando de maneira mais coercitiva.

A relação que antes era concretizada através de um *soft power*, não pode mais ser vista dessa maneira, tendo em vista que a religião passa a fazer parte da estrutura do Estado, ou seja, é ela quem vai ditar suas leis, e o governo como instituição passa a estar sujeito a sharia islâmica. A relação política e religião passa, portanto, a ser entrelaçada. Khomeini (1971) afirma que a lei islâmica possui mandamentos que concernem todos e quaisquer aspectos da vida humana, evidenciando, portanto, a importância da religião para o regime.

Fica evidente que após a Revolução Islâmica os atores religiosos, agora o próprio Estado, fazem uso do *hard power* para propagação de seus ideais, para o alcance dos seus objetivos em âmbito nacional e internacional, bem como para manter a sustentação do regime. Após a Revolução o governo também assume uma posição de imposição religiosa coercitiva com a própria população iraniana.

O abandono aos valores ocidentais é imposto a partir do momento em que os valores morais islâmicos são considerados como absolutos para o Irã. Dessa maneira, após a Revolução no Irã, a Guarda Revolucionária foi a responsável por se certificar de que os cidadãos iranianos estavam vivendo conforme a sharia islâmica. Caso apresentassem qualquer resquício de uma vida secularizada, os iranianos estavam sujeitos

⁴ “Termidor pode ser definido como a fase final de uma revolução em que os revolucionários de linha dura são cada vez mais desafiados por reformistas e/ou revisionistas. Geralmente é produto de, ou acompanhado por, uma reação popular às políticas revolucionárias. As reações termidorianas não afetam todos os governos e/ou movimentos revolucionários, mas principalmente aqueles que são (i) formados por coalizões nas quais o poder é compartilhado por diversas facções, e (ii) onde a legitimidade é derivada de uma figura carismática abrangente (ex.: Robespierre, Lenin, Ebert, Khomeini, Ortega). (WELLS, 1999, p. 27)”.

⁵ “As guerras de procuração são produto da relação entre um benfeitor, que é um estado ou ator não-estatal externos à dinâmica de um conflito existente, e as proxies escolhidas que são o canal para as armas, treinamento, e financiamento do benfeitor. Em resumo, guerras de procuração são a substituição lógica para Estados que buscam promover seus próprios objetivos estratégicos e, ao mesmo tempo, evitar o envolvimento direto em uma guerra, custosa e sangrenta” (MUMFORD, 2013, p.40)

a prisões e punições. Assim, a política iraniana passa a ignorar a então organização do sistema internacional e busca substituir as normas regulares dominantes no sistema por normas islâmicas do Irã.

3. A teocracia iraniana e o sistema westfaliano

Após a Revolução Islâmica, é estabelecida no Irã uma teocracia autoritária que tinha por principal interesse transformar a ordem mundial já estabelecida pelo sistema internacional westfaliano. No entanto, apesar da tentativa de Khomeini de isolar o Irã da influência de agentes externos, sejam eles ocidentais ou comunistas, no intuito de sustentar um governo puramente islâmico, o Aiatolá não conseguiu evitar os constrangimentos impostos pelo sistema no qual estava inserido tendo em vista o seu posicionamento estratégico na região e questões econômicas fundamentais para o país.

Khomeini procurou contrariar a ordem Westfaliana pois ela organiza o mundo de uma maneira vista como secular, já que o acordo de 1648 deu início ao desenvolvimento de Estados seculares, de modo a impulsionar um declínio da importância da religião para as relações internacionais. Tal declínio, segundo Haynes (2016), era reflexo de dois processos internacionais: a modernização e a secularização, de maneira a carregar a suposição principal de que os Estados soberanos eram os principais atores do sistema caracterizado, principalmente, pelo princípio da não intervenção estatal, bem como pela separação entre o Estado e a Igreja.

A doutrina do Aiatolá impõe que:

Todas as instituições políticas no Oriente Médio e para além dele eram “ilegítimas” porque não estavam “baseadas na lei divina”. As modernas relações internacionais guiadas pelos procedimentos adotados em Vestefália repousavam sobre fundamentos falsos porque as “relações entre nações deveriam se apoiar em bases religiosas” e não sobre os princípios do interesse nacional (KISSINGER, 2015, p.155).

No entanto, apesar de querer provocar mudanças significativas na ordem westfaliana, a Revolução nem o Governo Islâmico teriam sustentação se fossem adotadas apenas as leis anciãs islâmicas. Dessa maneira, o posicionamento político iraniano frente ao sistema internacional não deixou de ter o seu caráter islâmico pós-revolucionário, caracterizado principalmente pelas tentativas de exportar a Revolução, mas tal posicionamento foi limitado devido a necessidade de ceder às normas seculares do sistema.

Foi preciso, portanto, sucumbir ao liberalismo ocidental secular, bem como ao multilateralismo para que o Irã continuasse islâmico e a nova estrutura de governo se mantivesse consolidada. No entanto, o Irã só veio ceder de fato as normas ocidentalizadas após a morte de Khomeini, tendo em vista que enquanto esteve vivo, o Aiatolá tentou fazer valer a soberania híbrida que foi estabelecida sob a influência dos seus princípios.

Assim:

Com a revolução iraniana, um movimento islâmico dedicado à derrubada do sistema vestfaliano adquiriu o controle sobre um Estado moderno e fez valer seus direitos e privilégios “vestfalianos” - tomar seu lugar nas Nações Unidas, manter relações comerciais e operar seu aparato diplomático. Dessa forma, o regime clerical iraniano colocou a si mesmo na interseção entre duas ordens mundiais, desfrutando das proteções formais do sistema vestfaliano mesmo quando proclamava repetidamente não acreditar nele, não aceitar seus limites e ter como objetivo final substituí-lo (KISSINGER, 2015, p.156).

Um ponto muito importante a ser evidenciado, é que os constrangimentos se iniciam assim que Khomeini retorna do exílio e se inicia o processo de escrita da nova Constituição do Irã. A Constituição iraniana se torna híbrida, ou seja, uma mescla de poder teocrático com um poder constitucional democrático⁶, como reflexo da modernização que já havia sido imposta durante o período do Xá. Isso se deu, pois a Constituição precisava encaixar a religião para que ela atuasse de maneira a não impedir o progresso técnico-científico e militar do país.

Tal necessidade é fruto das imposições feitas ao Irã não só pelo sistema internacional westfaliano, mas também pelo anterior processo de modernização e, principalmente, pelas características geopolíticas e econômicas próprias do Irã, tendo em vista sua localização privilegiada na região do Oriente Médio, bem como o fato de ter uma das maiores reservas de petróleo e gás natural do mundo. Tais características lhe dão uma série de vantagens frente aos demais Estados da região, já que nenhum outro goza da mesma situação que o Irã.

As vantagens iranianas consistem, segundo Kaplan (2013, pp. 269-272), na localização geográfica do país, já que quase todo o petróleo e o gás do Oriente Médio estão localizados “[...] entre as regiões do Golfo Pérsico ou do Mar Cáspio”, e “o único país que tem um pé em cada uma dessas áreas produtoras é o Irã, que se estende do Cáspio ao Golfo Pérsico”. O Irã ocupa o Golfo inteiro sendo, portanto, o possuidor de cerca de “[...] 55% das reservas mundiais de petróleo cru [...]”.

Após a invasão à embaixada americana e o início do conflito com o Iraque, o Irã apresenta uma forte queda em suas exportações de petróleo, bem como ocorre uma diminuição nos investimentos externos diretos, abalando fortemente a economia do país. Os Estados Unidos reagiram à invasão com o congelamento de “[...] aproximadamente US \$11 bilhões em ativos iranianos e a imposição de outras sanções” (MALONEY, 2010, tradução nossa), colocando a economia do Irã à beira de um colapso.

Segundo Armstrong (2001), ao iniciar as hostilidades com o Ocidente o Irã perdeu uma série de incentivos que eram fundamentais para a manutenção de um país considerado industrializado. O Irã precisa lidar com a perda da importação de equipamentos essenciais, consultoria técnica e a reposição de peças. O abalo na economia tem por consequência a alta inflação em 1982, acompanhada da escassez dos bens de consumo e do aumento no número de desempregados.

Outro fator importante para os abalos econômicos no Irã foi a virada para esquerda proporcionado pelos princípios revolucionários de “justiça social”. Conforme Maloney (2010), vários setores da economia iraniana foram nacionalizados, de maneira a alargar o papel econômico do Estado e, assim, “todos os setores da economia iraniana vivenciaram um declínio acentuado durante os primeiros anos da Revolução” (MALONEY, 2010, tradução nossa).

Apesar de ser um líder considerado extremamente carismático, e visto pelos seus seguidores como extremamente fiel ao Islã, Khomeini não conseguiu se manter em uma postura na qual não corrompia os próprios princípios. Foram vários os momentos em que precisou usar do seu próprio poder autoritário para passar por cima dos vetos impostos pelo Conselho dos Guardiões, quando as decisões tomadas não estavam de acordo com a sharia islâmica. Tem-se por exemplo, a ordenança de que “[...] os interesses do Estado tomassem a precedência sobre a Constituição ou a Lei Islâmica” (MALONEY, 2010, tradução nossa).

Sendo assim, o Governo Islâmico conseguiu se consolidar no que diz respeito a sua estrutura teocrática, permanecendo até os dias atuais conforme foi estabelecido pela Constituição de 1979. No entanto, a experiência vivida por Khomeini enquanto Líder

⁶ Segundo Abrahamian (2008, p. 162, tradução nossa), “eles imaginaram uma república que seria islâmica em nome, mas democrática em conteúdo”.

Supremo do Irã, de se manter isolado de um mundo secular, foi inviabilizada pelas necessidades que acabam sendo impostas pelo sistema a um Estado industrializado e moderno, como o Irã após a Revolução Branca de 1963. Dessa forma, ainda em seu leito de morte, Khomeini se vê obrigado a fazer modificações de maneira a deixar o Irã mais flexibilizado para o sistema. As mudanças concretas, no entanto, só acontecem no governo do seu sucessor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Governo do Xá Reza Pahlavi gerou tensões políticas e sociais que resultaram em conjuntura favorável à Revolução que derrubou o seu próprio regime. Com o projeto de modernização (através da reforma agrária, de melhorias na educação, na saúde e ampliação dos direitos das mulheres) e o anseio de transformar o Irã em uma potência regional, corporificado na Revolução Branca de 1963, o Shah acaba por intensificar a desigualdade social, aumenta a riqueza de pequena parcela da população e intensifica uma série de problemas políticos.

Tendo a Revolução Branca sido possibilitada pela aproximação com os Estados Unidos e a consequente importação dos valores ocidentais para a cultura iraniana, ela foi alvo da Revolução Islâmica que se opunha a tal relação. Assim, culpa-se os EUA pela influência sob o Shah e condenando-os pela secularização do Irã e pela ameaça de destruição do Islã no país.

A Revolução Iraniana de 1979 instaura a República Islâmica do Irã, nova estrutura de governo na forma de Governo Islâmico que já havia sido proposta pelo Aiatolá Khomeini durante a revolução do Shah na década de 1960. A consolidação de tal governo ocorre a partir do estabelecimento de nova constituição, substituindo a anterior de 1906, instituindo, portanto, um governo no qual a soberania era compartilhada entre Deus e o povo.

Tal constituição híbrida é formada pelos poderes republicanos-Executivo, Legislativo e Judiciário. No entanto, ao contrário das demais repúblicas, na República Islâmica do Irã as leis correspondem aos mandamentos divinos, já estabelecidos por Deus no Alcorão através do Profeta Maomé. O poder Executivo, encabeçado pelo Líder Supremo, é o grande responsável por garantir que as normas divinas sejam implementadas. Apesar de os cargos dos demais poderes serem democráticos, pois são eleitos, todos estão sujeitos ao Líder Supremo e às determinações da Sharia Islâmica, sendo fiscalizados pelo Conselho dos Guardiões.

Ficou notória, também, a tentativa deste governo de romper com a atual ordem do sistema internacional Westfaliano. O Irã, no contexto de Guerra Fria, assume postura antiocidental e anticomunista. Tal busca de isolamento visava fazer valer os seus ideais islâmicos. Em outras palavras, Khomeini e o Irã Islâmico buscam desafiar a ordem com o intuito de mudá-la através da exportação da Revolução para os demais países da região. Tal postura intervencionista tem por consequência uma série de hostilidades com os seus vizinhos. A mais intensa reação ocorre com o vizinho Iraque, com quem o Irã guerreou por oito anos (1980-1988)

Ademais, a partir da análise bibliográfica, são discutidos conceitos que procuram definir a atuação política do Irã pós-Revolucionário a partir de uma vertente religiosa islâmica. Concluindo-se que o Islã é para o Irã, em primeiro lugar, um elemento de coesão social, fazendo parte do reconhecimento da população e a noção de pertencimento à comunidade. Sendo tal coesão social fundamental para os movimentos pré-revolucionários contra o governo do Xá até 1979.

Conceitos como fundamentalismo muçulmano passam também a ser incorporados a religião islâmica e ao seu posicionamento político, tendo em vista que a religião islâmica deixa de ser vista apenas como religião e passa a ser vista como uma ideologia, bem como

um movimento que procura propagar os seus valores e a sua moral em detrimento dos valores ocidentais modernos, considerados seculares. O entendimento a respeito do fundamentalismo muçulmano, proposto por Demant, deixa espaço para questionamentos a respeito da acuidade de conceitos ocidentais para o entendimento de fenômenos orientais.

Neste sentido, pode-se indagar se tais abordagens do dito 'fundamentalismo' não estariam impregnadas pelo olhar ocidental ao analisar a relação entre política e religião no Oriente? Tal noção fundamentalista a respeito dos movimentos políticos religiosos do Oriente pode apresentar visões reducionistas para o entendimento do processo. Portanto, faz-se necessário contrastar conceitos de autores ocidentais e orientais buscando eventuais diferenças de abordagem ou entendimento relativos ao tema em tela. Neste diapasão, sugere-se novas análises sobre o objeto para se comparar as perspectivas orientais e ocidentais, tendo em vista que foi observado, mesmo que de modo ligeiro, que os conterrâneos da Revolução (autores de origem persa como Ervand Abrahamian e Abbas Amanat) não apresentam uma perspectiva com enfoque na religião como causadora principal dos acontecimentos de 1979 no Irã. Pelo contrário, tais historiadores ressaltam a participação de Khomeini, bem como as tensões políticas e sociais que foram impulsionadas pelos projetos modernizantes do Xá. Tais tensões teriam na moral islâmica um fator de coesão social, variável ainda viva e ativa na comunidade iraniana na atualidade.

Além disso, apesar de pesquisadores inserirem a relação da religião islâmica com a política iraniana em um contexto de *soft power*, fica notório, a partir do estudo dos fatos históricos e do contexto político no qual o Irã estava inserido, que tal relação não se sustenta após a Revolução de 1979. Corrobora tal afirmação o fato de que o Irã pós-revolucionário se encontra em um regime teocrático que utiliza o Estado como instrumento de propagação dos seus ideais revolucionários, para isso assume meios intervencionistas e coercitivos, assumindo então uma postura de *hard power*.

Tudo dito, os achados aqui sintetizados demonstram a rica história do Irã, sua importância para o estudo da variável religiosa nos estudos internacionais e apontam novos caminhos de pesquisa a serem percorridos.

REFERÊNCIAS

ABBAS, Amanat. *Iran: A Modern History*. New Haven e London: Yale University Press, 2017.

ABRAHAMIAN, Ervand. *The History of Modern Iran*. New York: Cambridge, 2008.

ALVANDI, Roham. *Nixon, Kissinger, and the Shah: the origins of Iranian primacy in the Persian Gulf*. *Diplomatic history*, 36 (2), 2012, pp. 337-372.

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DEMANT, Peter. *O Mundo Muçulmano*. 3ª Ed., 4ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2018.

EHTESHAMI, Anouhiravan. *The Foreign Policy of Iran*. In: *The foreign policies of Middle East states*. BOULDER, Co.: Lynne Rienner, 2009, pp. 283 -309.

HALLIDAY, Fred. *The Middle East in International Relations*. Cambridge: Cambridge, 2005.

HAYNES, Jeffrey. *Religião nas Relações Internacionais: Teoria e Prática*. In. *Religião e Relações Internacionais: dos Debates Teóricos ao Papel do Cristianismo e do Islã*. Juruá Editora, 2016.

KAPLAN, R. D. *A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KHOMEINI, Imam; ALGAR, Hamid (Tradutor). *Islamic Government: Governance of the Jurist*. Theran: The Institute for Compilation and Publication of Imam Khomeini Works, 1971.

KISSINGER, H. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

MALONEY, Suzanne. *The Revolutionary Economy*. The Iran Primer, 2010. Disponível em: <https://iranprimer.usip.org/resource/revolutionary-economy>. Acesso em 28/10/2020.

MUMFORD, Andrew. Proxy Warfare and the Future of Conflict. *The RUSI Journal*, 158:2, 2013, pp. 40-46. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03071847.2013.787733>. Acesso em 29/10/2020.

SOLTANI, Fakhreddin; AMIRI, Reza Ekhtiari. *Foreign Policy of Iran after Islamic Revolution*. Journal of Politics and Law, vol. 3, n. 2, September 2010.

THOMAS, S. *The Global resurgence of religion and the transformation of international relations: the struggle for the soul of the twenty-first century*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005.

WELLS, M. C. *Thermidor in the Islamic Republic of Iran: The rise of Muhammad Khatami*. British Journal of Middle Eastern Studies, 1999.